

Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário do Roraima

Início   Ações 1º Grau   Ações 2º Grau   Parecer   Citações   Intimações   Audiências   Sessões 2º Grau   Buscas   Estatísticas   Outros

Operação realizada com sucesso. Protocolo:  
3241708620211006100922

Processo 0801902-74.2021.8.23.0010 ☆ - (251 dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 7 - Procedimento Ordinário  
Assunto Principal: 4847 - Seguro  
Nível de Sigilo: Público  
Selos:

Informações Gerais

Informações Adicionais

Partes

Movimentações

Apensamentos (0)

Vínculos (0)

Realces

Realçar Movimentos de:

☐ Magistrado

☐ Servidor

☐ Advogado

☐ Membro MP

☐ Defensor

☐ Procurador

☐ Outros

☐ Audiência

Ocultar Movimentos:

☐ Inválidos

☐ Sem Arquivo

☐ Hab. Provisória

Filtros

Movimentado Por:

☐ Advogado

☐ Advogado NPJ

☐ Entidades Remessa

☐ Magistrado

☐ Procurador

☐ Servidor

Sequencial(Intervalo):

ao  Data do Movimento(Período):  à

Descrição:

70 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 70

500 por pág.

1

Seq.	Data	Evento	Movimentado Por
<div><div></div></div> 70	06/10/2021 10:09:22	<div>JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE</div> <div>Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE LAUDO (20/09/2021)</div>	<div>JOÃO ALVES BARBOSA FILHO</div> <div>Procurador</div>
<div><div>70.1 Arquivo: Petição</div><div>Ass.: JOAO ALVES BARBOSA</div><div>FILHO</div><div>2783563IMPUGNACAOAOLAUDOPERICIAL01.pdf</div><div>Público</div></div>			
69	01/10/2021 00:00:21	<div>LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA</div> <div>(Pelo advogado/curador/defensor de MAIK GOMES DA SILVA) em 30/09/2021 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 65) JUNTADA DE LAUDO (20/09/2021) e ao evento de expedição seq. 66.</div>	<div>SISTEMA CNJ</div>
68	30/09/2021 22:46:17	<div>LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA</div> <div>(Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 30/09/2021 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 65) JUNTADA DE LAUDO (20/09/2021) e ao evento de expedição seq. 67.</div>	<div>JOÃO ALVES BARBOSA FILHO</div> <div>Procurador</div>
67	20/09/2021 08:39:25	<div>EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO</div> <div>Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 65) JUNTADA DE LAUDO (20/09/2021)</div>	<div>frantchiello Costa Gutierre</div> <div>Estagiário</div>
66	20/09/2021 08:39:25	<div>EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO</div> <div>Para advogados/curador/defensor de MAIK GOMES DA SILVA com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 65) JUNTADA DE LAUDO (20/09/2021)</div>	<div>frantchiello Costa Gutierre</div> <div>Estagiário</div>
<div><div></div></div> 65	20/09/2021 08:39:09	<div>JUNTADA DE LAUDO</div>	<div>frantchiello Costa Gutierre</div> <div>Estagiário</div>
64	13/08/2021 16:21:24	<div>RENÚNCIA DE PRAZO DE MAIK GOMES DA SILVA</div> <div>Referente ao evento EXPEDIÇÃO DE AGENDAR PERÍCIA (03/08/2021)</div>	<div>VALDENOR ALVES GOMES</div> <div>Advogado</div>
63	13/08/2021 16:21:02	<div>LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA</div> <div>(Pelo advogado/curador/defensor de MAIK GOMES DA SILVA) em 13/08/2021 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 58) EXPEDIÇÃO DE AGENDAR PERÍCIA (03/08/2021) e ao evento de expedição seq. 59.</div>	<div>VALDENOR ALVES GOMES</div> <div>Advogado</div>
62	13/08/2021 00:04:34	<div>DECORRIDO PRAZO DE SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A</div> <div>(P/ advgs. de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A *Referente ao evento (seq. 58) EXPEDIÇÃO DE AGENDAR PERÍCIA (03/08/2021) e ao evento de expedição seq. 60.</div>	<div>SISTEMA CNJ</div>
61	04/08/2021 00:34:44	<div>LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA</div> <div>(Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 04/08/2021 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 58) EXPEDIÇÃO DE AGENDAR PERÍCIA (03/08/2021) e ao evento de expedição seq. 60.</div>	<div>JOÃO ALVES BARBOSA FILHO</div> <div>Procurador</div>
60	03/08/2021 00:59:19	<div>EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO</div> <div>Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento (seq. 58) EXPEDIÇÃO DE AGENDAR PERÍCIA (03/08/2021)</div>	<div>DEBORA LIMA BATISTA</div> <div>Analista Judiciária</div>
59	03/08/2021 00:59:19	<div>EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO</div> <div>Para advogados/curador/defensor de MAIK GOMES DA SILVA com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento (seq. 58) EXPEDIÇÃO DE AGENDAR PERÍCIA (03/08/2021)</div>	<div>DEBORA LIMA BATISTA</div> <div>Analista Judiciária</div>
<div><div></div></div> 58	03/08/2021 00:58:23	<div>EXPEDIÇÃO DE AGENDAR PERÍCIA</div> <div>Referente ao evento (seq. 50) DETERMINAÇÃO DE DILIGÊNCIAS (14/07/2021 14:28:59).</div>	<div>DEBORA LIMA BATISTA</div> <div>Analista Judiciária</div>



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

Processo n.º 08019027420218230010

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **MAIK GOMES DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

**DA FALTA DE INTERESSE DE AGIR**

**INÉRCIA DA PARTE AUTORA NO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO**

*Ab initio*, cumpre esclarecer que a parte autora requereu o pagamento, através da via administrativa.

Ocorre que, a parte autora não entregou toda a documentação necessária, eis que deixou de apresentar os documentos faltantes.

Assim, a Seguradora enviou correspondência a parte autora a qual ficou-se inerte.

De acordo com o art. 5º, §1º, da Lei nº 6.194/74, a regulação do sinistro deve ser realizada no prazo de 30 dias pela seguradora mediante a apresentação pelo segurado dos documentos que o parágrafo do dispositivo menciona, vejamos:

§ 1º - A indenização referida neste artigo será paga no prazo de 5 (cinco) dias a contar da apresentação dos seguintes documentos:

§2º Os documentos referidos no §1º serão entregues à Sociedade Seguradora, mediante recibo, que os especificará. (gn)

Resta incontestável a necessidade de requerer o pagamento administrativo, porém, toda documentação que comprove o nexo causal entre o sinistro e o dano proveniente, na sua falta não há como a Seguradora realizar o pagamento do seguro perquirido.

Neste sentido deveria a parte autora cumprir com a exigência documental, antes de ingressar com ação no Judiciário, consoante a jurisprudência consolidada no Superior Tribunal de Justiça.

Ocorre que parte não apresentou em seu requerimento administrativo documentos imprescindíveis a seu pedido, o que ensejou o cancelamento do pedido ante a caracterização da sua desídia.

Em se quedando ele inerte, restou de forma a restar patenteado seu desinteresse no prosseguimento do processo administrativo instaurado, apesar de cientificada para impulsionar

Cumpra salientar que recentemente o Supremo Tribunal Federal chegou à conclusão de que a ausência de requerimento em sede administrativa nas ações que versam sobre o Seguro Obrigatório DPVAT é motivo para extinção do processo por falta de interesse de agir.

Destaca-se que as sociedades seguradoras não têm o menor propósito de eximir-se de sua obrigação quando comprovado que é realmente devida a indenização pleiteada, eis que pagar sinistro regularmente coberto é da inerência das suas atividades.

Vale ressaltar que as vítimas de acidentes de trânsito **em todo o Brasil, podem solicitar o seguro DPVAT gratuitamente nas agências próprias dos Correios**. Frisa-se que se trata de um procedimento simples e com dispensa do auxílio de terceiros.

Essas ações promovidas pela Seguradora Líder dos consórcios DPVAT visam facilitar o recebimento na via administrativa dando acesso célere e efetivo aos acidentados, como também tem como objetivos principais evitar a lide e a necessidade de manifestação judiciária sobre o tema.

Em arrimo à tese aqui exposta, é amplamente sabido que o interesse jurídico manifesta-se na existência da lide. A função jurisdicional se exercerá sempre com referência a uma lide que a parte interessada deduz do Estado, pedindo uma solução. A existência da lide, do litígio, obviamente está intimamente ligada à pretensão resistida, que determina o surgimento do conflito, que é uma das condições da ação.

Diante disso, impõe-se a extinção do processo sem julgamento do mérito, pois a existência do litígio constitui condição lógica do processo, cabendo ser evidenciado que o cidadão não deve e nem pode, a seu livre arbítrio e prazer, acionar a prestação jurisdicional do Estado em conflitos que certamente poderiam ser resolvidos de forma consensual e sem a interferência estatal.

Caso não seja esse o entendimento do i. Magistrado, requer o sobrestamento do processo por 30 (trinta) dias para que a parte autora reabra o pedido administrativo entregando toda a documentação necessária para que possa haver a correta regulação administrativa.

#### **DO LAUDO PERICIAL**

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente. Assim, supostamente na posse de todos os documentos pleiteia em esfera judicial indenização referente à INVALIDEZ PERMANENTE.

Em que pese o caráter social do Seguro Obrigatório DPVAT, o beneficiário legal da indenização tem que, necessariamente, preencher os requisitos legais para recebimento do referido seguro.

Após a análise da documentação fornecida pelo beneficiário legal da indenização é de suma importância, a fim de concluir se o sinistro é indenizável ou não.

Neste sentido, o sinistro foi cancelado administrativamente, tendo em vista que a parte não cumpriu as exigências da Lei que regula a matéria.

Noutro giro, após a nomeação de perito as partes apresentaram quesitos para que fosse verificado qual o grau de comprometimento da Invalidez apurada, tendo sido produzido o laudo acostado.

#### **DO PAGAMENTO PROPORCIONAL À LESÃO**

Caso superas as teses de defesa, mister destacar ao ilustre Magistrado a edição da Medida Provisória nº 451/08, atualmente convertida na Lei nº 11.945/2009, em vigência desde 15 de dezembro de 2008, que alterou o texto dos arts. 3º e 5º da Lei nº 6.194/74 em seu art. 31, assim como anexou tabela à aludida Lei, estabelecendo percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais.

Recentemente, a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Ademais, a jurisprudência é pacífica quanto à necessidade de quantificação, sendo este o entendimento consagrado através da Súmula 474, do STJ1.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que por certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

Dentro desse contexto, a Medida Provisória nº 451/2008 (posteriormente convertida na Lei 11.945/09), complementando a Lei 6.194/74, especificou em termos objetivos o percentual do valor máximo da indenização de acordo com os tipos de invalidez permanente.

Outrossim, conforme antedito, a referida inovação legal, no art. 3º, §1º, II, da Lei 6.194/74, trouxe a figura da invalidez parcial incompleta, que é exatamente o caso dos autos.

Destarte, para se chegar ao valor indenizável devido, na presente hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

- 1) Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda;
- 2) Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Dessa forma, na remota hipótese de condenação, o valor indenizatório deverá respeitar o enquadramento da invalidez conforme seguimento corporal acometido, bem como o grau de repercussão indicado pelo expert, em pleno atendimento à Lei 6.194/74 c/c Súmula 474 do STJ.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 4 de outubro de 2021.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/RR 451-A**

**DIEGO PAULI**  
**858 - OAB/RR**

---

<sup>1</sup> **Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça** “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”

